

RCD no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 120.018 - MT (2019/0328796-1)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
REQUERENTE : IGOR FERNANDO OLIVEIRA (PRESO)
ADVOGADO : ROMULO BEZERRA PEGORARO - MT023871
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração da decisão de e-STJ fls. 244/247, na qual indeferi o pedido de medida liminar, apresentado por IGOR FERNANDO OLIVEIRA.

Para tanto, a defesa alega a ocorrência de fato novo, consistente no oferecimento de denúncia em desfavor do recorrente apenas pela prática do delito previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/2006.

Dessa forma, requer a concessão liminar da ordem, com a conseqüente expedição de alvará de soltura em favor do agente.

É, em síntese, o relatório.

De início, ressalto novamente que a liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Assim, não obstante o pleito suscitado pela defesa, não visualizo manifesta ilegalidade a justificar a reconsideração da decisão impugnada.

Isso porque, a mera juntada das razões e peças processuais em questão não se apresenta como fato ou argumento novo que possa ensejar a alteração do entendimento já firmado por ocasião da decisão de e-STJ fls. 244/247, por meio da qual indeferi a tutela de urgência.

Ademais, conforme ficou consignado na decisão que se busca a reconsideração, a verificação da existência do alegado constrangimento ilegal demandaria uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, o que será

Superior Tribunal de Justiça

realizado quando do julgamento definitivo do recurso.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido de reconsideração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator